

Fenaban tem até o dia 23 para apresentar nova proposta

Bancários se mobilizam em todo o país para garantir seus direitos

Página 3



Participe da assembleia para avaliar a proposta da Fenaban e deliberar sobre greve por tempo indeterminado.

Local: Associação dos Aposentados - Endereço: Rua 24 de Fevereiro, 554, bairro Casa Branca - Santo André

Data: 23 de setembro (quarta-feira) - Horário: 19h

NOTAS

CEF: negociações específicas dia 22

Será realizada no dia 22 mais uma rodada de negociações específicas do movimento sindical com a Caixa Econômica Federal. Os trabalhadores esperavam resposta para as reivindicações na reunião do último dia 11, mas o banco adiou o retorno. O diretor do Sindicato Jorge Furlan vai participar do encontro com os representantes da empresa. Entre as principais reivindicações estão: isonomia entre novos e antigos funcionários; democratização na gestão; fim do voto de Minerva na Funcef; migração dos aposentados participantes da Prevhav para a Funcef; mais contratações, entre outras. Veja mais no site www.bancariosabc.org.br.

Nossa Caixa - BB cancela rodada de negociação

O Banco do Brasil cancelou a mesa temática, marcada para o dia 17, alegando que não teria nada para apresentar aos representantes dos trabalhadores. Esta atitude surpreendeu os funcionários da Nossa Caixa, pois a reunião trataria sobre a incorporação dos bancos. Não há definição sobre a próxima data de negociação.

De acordo com a proposta da Fenaban, os bancos que apresentaram prejuízo – como a Nossa Caixa, que obteve um prejuízo de R\$ 139,6 milhões somente no segundo trimestre – não devem pagar a PLR (Participação dos Lucros e Resultados) para os seus funcionários.

“O banco já desmarcou, unilateralmente, a reunião do dia 17 e como a Nossa Caixa ainda segue o acordo com a Fenaban, os trabalhadores correm o risco de ficar sem os seus direitos garantidos caso não seja feito o acordo aditivo à convenção coletiva com seu novo controlador. Esta posição nos leva a acreditar cada vez mais de que os funcionários terão que se mobilizar para mostrar que querem ser recebidos pelo seu novo empregador com respeito e boas condições de trabalho”, enfatiza Marilda Marin, diretora do sindicato e funcionária da Nossa Caixa.

Negociações

BB não atende reivindicações dos trabalhadores

Principais pontos de pauta ficaram sem solução

Foi realizada sexta-feira (18), em Brasília, a quarta rodada de negociações específicas entre o Banco do Brasil e a representação dos trabalhadores. O Banco do Brasil não apresentou proposta para as principais reivindicações da categoria.

Sobre a cláusula do Assédio Moral, onde os trabalhadores reivindicam mais respeito aos funcionários, a proposta do banco foi a de implementar o Programa de Gestão de Ética, que tem como objetivo o combate ao assédio moral e outros eventuais desvios comportamentais.

Outra proposta debatida refere-se a uma antiga reivindicação dos trabalhadores, que é a permissão para que os funcionários com mais de 50 anos possam antecipar e parcelar suas férias. Sobre este ponto, ambas as partes concordam.

Não há outra rodada de negociação prevista e os pontos principais da pauta de reivindicações como, por exemplo, aumento do piso, fim da lateralidade, isonomia e novo PCCS, não tiveram desfecho.



Michel Michelino - Diretor do Sindicato discursa em Santo André

PLR – Devido à proposta rebaixada da Fenaban sobre a PLR (Participação dos Lucros e Resultados) o banco ficou de realizar um estudo mais aprofundado e apresentar proposta futura – sem data definida.

Segundo dados do Banco Central divulgados no último dia 17, o Banco do Brasil assumiu a liderança no ranking dos 50 maiores bancos em ativos totais.

Para o diretor do Sindicato e

funcionário do BB Michel Miquelino, o banco - por ser o maior do país - tem obrigação de ceder nas negociações. “Chegou o momento da luta, o BB está deixando claro, com suas atitudes na mesa de negociação, que vai agir dependendo do resultado das negociações com a Fenaban. Isso só reforça a importância da nossa união nas negociações gerais, que com certeza vão influenciar e muito nas negociações específicas”.

Reunião com Santander termina em clima de protesto

Representantes do banco não negociam aditivo específico

A primeira rodada de negociações entre Comissão dos Empregados do Santander (COE) e os representantes dos bancos, da última sexta-feira (18), ocorreu num clima tenso e de protestos por parte dos trabalhadores do setor.

O principal item da pauta de reivindicações - Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2009/2010 - não foi negociado. Os banqueiros afirmam que não negociam separadamente e irão esperar o desfecho com a Fenaban.

O banco está disposto a pagar dois salários aos trabalhadores que completaram 25 anos de ‘casa’ a partir de 1º de janeiro de 2009. Os representantes dos empregados pontuaram que esta medi-

da fosse adotada para todos os funcionários – tanto do Real como do Santander – que já completaram 25 anos ou mais e não receberam o benefício.

Durante todo o tempo da negociação o tema sobre prática anti-sindical e medidas arbitrárias cometidas pela instituição Santander e Febraban foram pontuadas e repudiadas pelos representantes dos trabalhadores.

Segundo o diretor do Sindicato e membro da COE/Santander, Orlando



Orlando Puccetti - Diretor do Sindicato e integrante da COE/Santander

Puccetti, houve intensos protestos da categoria bancária a respeito de o Santander ter sido o primeiro banco a procurar a Justiça para tentar impedir o direito constitucional de greve dos trabalhadores. “Consideramos esta prática condenável”, enfatiza Orlando e acrescenta que “o banco atende parcialmente as reivindicações dos trabalhadores e remete as questões

mais importantes para após a Campanha Nacional dos Bancários”.

Campanha Nacional Fenaban faz proposta insuficiente e bancários podem entrar em greve

Assembleia será realizada nesta quarta-feira (23) às 19h; participe e mobilize-se

Após a série de propostas apresentadas pela Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) no último dia 17, os bancários de todo o Brasil irão definir se iniciam ou não greve por tempo indeterminado. No ABC, a assembleia será realizada nesta quarta-feira (23), às 19h, na Associação dos Aposentados (Rua 24 de Fevereiro, 554, Casa Branca – Santo André).

“A assembleia desta quarta-feira é de fundamental importância para definir os próximos passos da nossa mobilização. Podemos iniciar greve já a partir de quinta-feira. Portanto, é fundamental a presença de todos”, garante o secretário-geral do Sindicato, Eric Nilson.

Os banqueiros apresentaram proposta de reajuste de 4,5%, contra 10% exigido pela categoria. A percentagem oferecida cobre apenas a

inflação do ano – ou seja, não proporciona aumento real aos trabalhadores. Em relação à PLR (Participação nos Lucros e Resultados), a entidade patronal propôs dois modelos:

a) Parcela em número de salários: 1,5 salário reajustado, limitado ao valor individual de R\$ 10.000 e 4% do lucro líquido de 2009

b) Parcela linear: 1,5% do lucro líquido, distribuído linearmente, limitado ao valor individual de R\$ 1.500

A Fenaban ressaltou ainda na proposta que os bancos que tiverem prejuízo em 2009 não pagarão PLR. “Isso é um absurdo, pois os bancários trabalham o ano inteiro e, com esta proposta retrógrada, correm o risco de não receberem sua devida gratificação”, contesta Eric.



Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT (à esq.) e Luiz Cláudio Marcolino (ao lado) durante negociação com banqueiros

Itens	Proposta dos banqueiros	Reivindicações dos bancários
Reajuste PLR	4,5% 1,5 salário reajustado até RS 10 mil limitado a 4% do lucro líquido de 2009, mais 1,5 % do lucro líquido distribuído linearmente limitado a R\$ 1.500	10% 3 salários + R\$ 3.850
Verbas (R\$)	Tíquete-refeição: 16,63 Cesta-alimentação: 285,21 13ª Cesta-alimentação: 285,21 Auxílio-creche/babá*: 205,00	Tíquete-refeição: 19,25 Cesta-alimentação: 465,00 13ª Cesta-alimentação: 465,00 Auxílio-creche/babá: 465,00
Pisos (R\$) – Após 90 dias de empresa	Portaria 738,00 Escritório 1.059,25 Caixa** 1.480,24	Portaria 1.432 Escritório 2.047 Caixa 2.763

*Proposta é que seja pago por 71 meses, atualmente na convenção coletiva esse auxílio é pago por 83 meses ** Já incluso a gratificação de caixa e outras verbas

Trabalhadores intensificam luta no ABC

Bancários se manifestam em São Caetano e Diadema para cobrar melhores condições de trabalho

Os bancários do Grande ABC seguem mobilizados e em busca de melhores propostas da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos). Na última semana, foram realizadas manifestações em Diadema (dia 16) e São Caetano (dia 17).

Diretores do Sindicato percorreram as ruas das regiões centrais das duas cidades para dialogar com bancários e população. “A atividade tem como objetivo buscar a conscientização, tanto dos bancários, quanto dos clientes. Do bancário, no sentido de se mobilizar e lutar conosco. Para o cliente, é importante ressaltar os mecanismos de denúncia disponíveis, cobrando a responsabilidade social dos banqueiros, como menos filas e melhor atendimento



Bancários do ABC em manifestação na cidade de São Caetano

”, explicou o diretor do Sindicato Gheorge Vitti, durante o ato em São Caetano.

A manifestação em Diadema contou com a participação do ve-

reador Manoel Eduardo Marinho, o Maninho (PT), que destacou o Projeto de Lei 2.709, de sua autoria. O projeto obriga as agências bancárias e demais estabelecimen-

tos de crédito colocar à disposição dos usuários, pessoal suficiente no setor de caixas, para dar atendimento digno e profissional a seus clientes.

“Estou aqui presente para prestar solidariedade à manifestação do Sindicato dos Bancários do ABC, pois entendo que, tanto os bancos públicos como os privados devem tratar os seus funcionários e clientes com mais decência neste país”, enfatiza o vereador.

O diretor do Sindicato coordenador do ato em Diadema, Wagner de Arruda, salienta a importância da união da categoria junto à sociedade e à vereança da cidade. “Este projeto do vereador Maninho traduz a necessidade da categoria bancária, que reivindica mais dignidade e respeito ao cobrar mais funcionários para atender melhor a população”, conclui.

Repressão

Bancos realizam reunião secreta com PM

Febraban solicita apoio da Polícia Militar para reprimir direito de greve

O Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região recebeu uma denúncia que relata a realização de uma reunião secreta entre o Comando da Polícia Militar e a Federação dos Bancos (Febraban), ocorrida no último dia 11, em São Paulo, para montar um esquema de repressão a uma possível greve dos bancários.

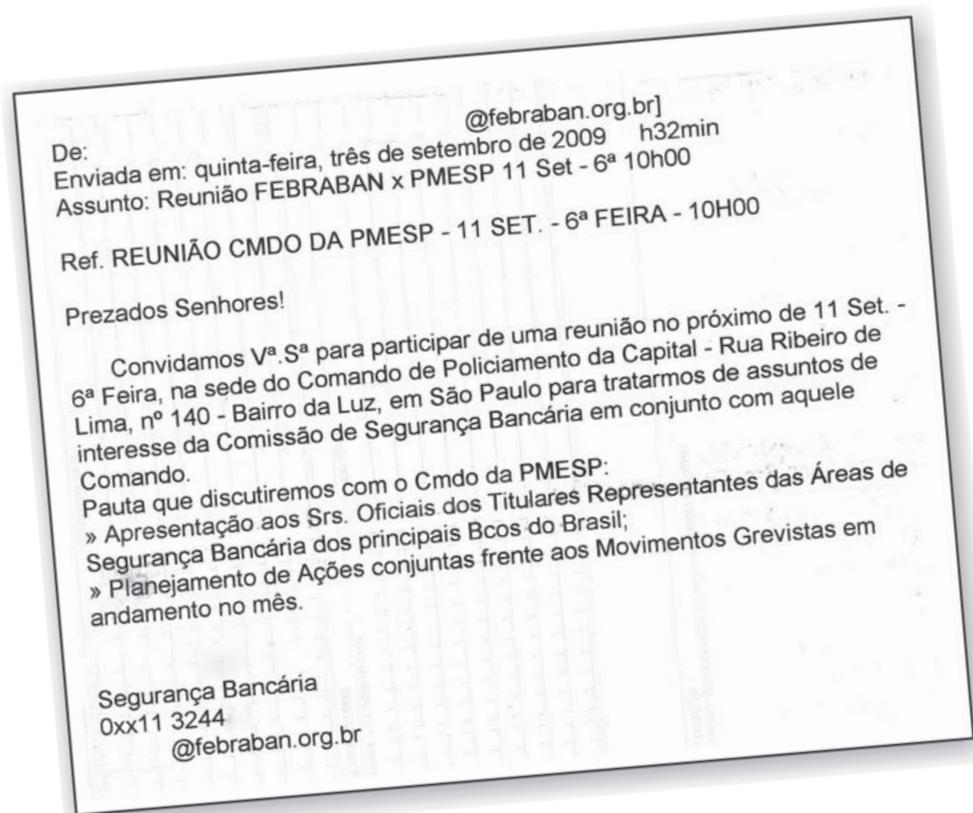
De acordo com a denúncia, a Febraban solicitou apoio da PM para o cumprimento dos interditos proibitórios, que visam coibir as manifestações do Sindicato nas agências e concentrações bancárias. A federação dos bancos teria informado à PM as localidades de maior ação do Sindicato – Centro Velho, Paulista, Santo Amaro, Osasco.

“Esta ação é absurda e fere qualquer direito democrático do trabalhador e cidadão brasileiro.

A classe trabalhadora tem o direito - garantido por lei - de realizar manifestações e paralisações em todo o território nacional”, afirma a presidente do Sindicato dos Bancários do ABC, Maria Rita Serrano. “É uma atitude que demonstra o contra-senso dos banqueiros e evidencia o lado opressor dos que não querem ceder às nossas reivindicações”, conclui.

São Paulo - O próximo passo do Sindicato frente à reunião secreta entre os responsáveis pela segurança dos bancos e a Polícia Militar (PM) convocada pela federação dos bancos (Febraban) será a realização de uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho (MPT) e ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

Veja a baixo a mensagem da Febraban sobre a reunião com a PM.



Artigo

A greve e os interditos proibitórios

A campanha salarial deste ano já está em curso, e juntamente com ela novamente vêm à baila os interditos proibitórios.

Para aqueles que não estão familiarizados com o assunto, esclarecemos: quando surgem as primeiras notícias de paralisação nas campanhas salariais, os bancos ingressam com ações judiciais contra os sindicatos, denominadas de interditos proibitórios. Nestas ações, alegam que os sindicatos ameaçam a sua posse e impedem clientes e trabalhadores de ingressarem nas agências.

A ação vem acompanhada de um pedido liminar, para forçar a abertura das agências, que será cumprido por oficial de justiça, e até mesmo com força policial.

Isso acontece desde 1995, quando o antigo Banco Bandeirantes ingressou com o primeiro interdito. De lá para cá, os banqueiros vem utilizando este expediente todo ano.

Na realidade, os banqueiros sabem que os sindicatos não tomarão posse da agência. Isso nunca aconteceu e nem é esse o objetivo sindical. A estratégia dos banqueiros é minar o movimento grevista, intimidando os trabalhadores com policiais nas portas das agências. Uma verdadeira afronta ao estado democrático de direito e ao direito de greve.

Até a Constituição Federal de 1988 as greves eram tidas como um delito. A história mostra que foi perpetrada toda sorte de repressão contra o movimento sindical ao longo destes anos. Mas esta situação deveria mudar com a Constituição Federal, que de-

clarou o direito de greve em seu artigo 9º: “É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.”

Recentemente foi realizado um seminário organizado pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, com convidados especialistas no assunto, como membros do Ministério Público do Trabalho, OAB, juízes e ministros da Justiça do Trabalho. Eles foram unânimes em condenar os interditos contra a mobilização dos trabalhadores.

O Ministro convidado destacou que a decisão da assembléia é soberana e deve ser acatada por todos os trabalhadores. Citando Marcos Túlio Viana, explicou: “Ao exercer o seu suposto direito, o fura-greve dificulta ou inviabiliza o direito real da maioria. O que faz não é apenas trabalhar, mas – com o perdão do trocadilho – atrapalhar o movimento. Ele realmente fura greve, como se abrisse um buraco num cano d’água. Ele luta contra os que lutam por um novo e maior direito; esvazia o sindicato, dificulta a convenção coletiva e fere o ideal de pluralismo jurídico.

Os bancos que lançam mão desta ferramenta praticam atos anti-sindicais e atentam contra o direito de greve e caminham na contramão do ideal de responsabilidade social das empresas.

Maria da Consolação Vegi da Conceição
Departamento Jurídico
Sindicato dos Bancários do ABC